

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

SUBTEMA: 8 – JUVENTUDE, DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**JUVENTUDE NA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
PLUGMINAS - NOVAS TECNOLOGIAS E PARTICIPAÇÃO JUVENIL**

Selmara Mamede Simões Ferreira
Graduanda em Ciências Sociais, pela PUC-Minas Gerais

Na última década, o tema juventude pautou de forma considerável o debate acadêmico, levando à ampla e diversificada produção de conhecimento sobre o perfil dos jovens, suas demandas e interesses, bem como sobre intervenções voltadas a este público, em várias disciplinas (SPOSITO, 2009). No âmbito político, a constituição de uma agenda de políticas públicas voltadas a jovens, acompanhada pela implantação de institucionalidades específicas nos âmbitos federal e local, ainda que relativamente recentes, compõem um campo plural de intervenções, que por sua vez se orientam por concepções diversificadas sobre a condição juvenil contemporânea.

Considerando-se a juventude como categoria socialmente construída, o estudo de sua tematização, nos âmbitos da produção do conhecimento e da elaboração de políticas públicas, torna-se relevante ponto de partida para compreensão da complexidade envolvida em sua definição. De acordo com diversos autores estudiosos deste tema (DAYRELL, 2007; ABRAMO, 2003; ABRAMOVAY, 2007), esta categoria deve ser tomada em sua pluralidade, devendo-se referir sempre às *juventudes*, como expressão da diversidade presente na vivência da condição juvenil e dos processos de constituição identitária na contemporaneidade.

Em defesa à relevância de estudarmos as imagens socialmente construídas sobre os ciclos de vida, especialmente no âmbito das ações públicas destinadas aos jovens, partiremos da hipótese defendida por Sposito (2003):

Qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constroi; ou seja, as práticas exprimem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos. (...) No entanto, é preciso reconhecer (...) que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas. As ações e programas (...) podem provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constroi sobre seus sujeitos jovens, agindo na produção de novas representações” (p. 18)

No que se refere à agenda pública, a tematização da juventude no Brasil se deu a partir dos anos 1990, inicialmente, por meio da associação entre juventude e violência (ABRAMO, 2003). A ocorrência de fatos envolvendo jovens em situações de violência, seja como autores, seja como vítimas, ocupou a mídia e pautou os governos a oferecerem respostas. A representação então construída, do jovem como “potencialmente perigoso”, ou em risco não se estendia, contudo, a todo o público juvenil, mas a jovens pobres, residentes em áreas urbanas vulneráveis, com baixa escolaridade e condições precárias de inserção no mercado de trabalho.

Este enfoque também pautou a produção de pesquisa no período. De acordo com Rodrigues (2009), a UNESCO desempenhou um importante papel para o fomento de políticas de juventude pelo governo federal na década de 1990/2000, quando foram realizados diversos estudos, muitos deles focados na análise de envolvimento de jovens em situações de risco e violência, como estudos de gangues, uso de drogas e violência nas escolas.

Paralelamente, ocorreram debates que procuraram contrapor-se à imagem socialmente construída do jovem como violento ou perigoso, a partir da defesa da perspectiva do jovem como sujeito de direitos. A partir desta compreensão, a alta incidência de vitimização juvenil ou de envolvimento de jovens com a criminalidade passou a ser abordada como expressão de ausência de garantias pelo poder público, situações que exigiram propostas de políticas públicas específicas para esta faixa etária (RODRIGUES, 2009). Convivia com estas imagens sociais, ainda, a representação do jovem como vulnerável ao risco e à exclusão social, dadas as conjunturas socioeconômicas e o cenário de desemprego no país, com impacto significativo sobre este recorte etário. Segundo esta concepção, ações voltadas à ocupação do tempo livre constituiriam relevantes estratégias, tanto para promoção de inserção no mundo adulto, por meio da profissionalização, quanto de prevenção ao envolvimento na criminalidade. Em ambas as representações, a noção de risco ocupa um lugar central para a vivência da condição juvenil, ensejando intervenções que visam à gestão do tempo livre

juvenil, por meio de práticas de socialização, não raro, configuradas segundo o modelo pedagógico/escolar (DAYRELL; LEÃO e REIS, 2007).

Rodrigues (2009) aponta ainda a concepção de jovens como atores estratégicos de desenvolvimento, que passa a permear documentos de agências multilaterais, especialmente no final da década de 1990. Trata-se de concepção que enseja ações de escolarização complementar, visando à profissionalização e à ampliação de condições de empregabilidade juvenil. Nesta perspectiva, os jovens são considerados como importantes agentes de mudança e transformação social. É pressuposto um potencial empreendedor e inovador da juventude, a partir da mobilização de seu capital social e cultural, o que justifica investimentos na promoção da autonomia e da participação dos jovens nos processos formativos e em ações comunitárias.

O discurso do protagonismo juvenil passa a figurar nas produções e documentos, definido de forma vaga, por vezes traduzindo-se em estratégias de intervenção junto a este público, sem a devida reflexão crítica sobre sua relação com as ações efetivamente implementadas (SOUZA, 2006; SPOSITO, 2007). Confundido com a participação juvenil, embora esvaziado de conteúdos políticos, o protagonismo juvenil inspira programas que atribuem aos jovens a tarefa de mobilizar suas comunidades locais para ações políticas e solidárias, eixo que norteou iniciativas como o Agente Jovem, analisado por Sposito (2007) e Dayrell et al (2007).

Em convergência com o debate sobre a constituição da agenda de políticas públicas no Brasil, e com as reflexões empreendidas por grupos acadêmicos e organizações não-governamentais e endereçadas ao governo federal, inicia-se, na década de 2000, a criação de institucionalidades no âmbito federal – Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Estas instâncias são responsáveis tanto pela formulação e implementação de políticas específicas para jovens, quanto pela articulação de políticas já existentes em diversos ministérios, mas com uma atuação até então fragmentada, sobreposta e pontual. Segundo Sposito (2007), ainda que no âmbito federal estas iniciativas tenham se dado a partir de 2003, experiências locais inovadoras e com foco na participação juvenil já compunham o cenário de políticas para juventudes nos municípios, prescindindo de uma diretriz nacional e de princípios unificados.

A criação de desenhos institucionais específicos para a juventude constituiu pauta defendida por diversos atores, dentre os quais acadêmicos, organizações não-governamentais,

agências multilaterais e coletivos juvenis, que participaram de espaços de discussão sobre a construção do jovem como categoria social que requeria intervenções por meio de políticas públicas (SPOSITO, 2007). Instaura-se, assim, um complexo campo de construção de significados e ações, disputados por diversos atores que intercambiam suas posições na produção e (re) produção de sentidos sobre a vivência da condição juvenil, seja por meio da produção acadêmica, seja por meio da proposição de ações públicas.

De acordo com Castro (2011):

(...) ao falarmos em campo das políticas públicas de juventude, estaríamos descrevendo um campo que disputa os significados da juventude para a sociedade brasileira, mas principalmente para o Estado. (...) Neste sentido, disputa o reconhecimento da existência de uma população jovem que demanda política pública, direitos e espaço de poder de decisão no Estado, representada até bem pouco tempo atrás, por definições mais do campo acadêmico do que do campo político no Brasil.(p. 286)

A complexidade temática e institucional deste campo justifica a relevância de estudos empíricos sobre a participação dos jovens nos programas e projetos, em especial sobre as relações entre os variados desenhos das ações e as várias dimensões da vivência da condição juvenil (SPOSITO, 2009; NOVAES, 2011). Tal como aponta SPOSITO (2007), diante de tal diversidade, é relevante compreender quais as concepções sobre juventude referenciam as ações propostas e realizadas, e quanto se aproximam, ou se distanciam dos modos de vida, das experimentações juvenis no presente, relacionadas à fruição do lazer e da sociabilidade juvenil, e de suas expectativas de futuro, associadas comumente às dimensões da escolarização e do trabalho. Este último constitui relevante categoria que aproxima os tempos presente e futuro, e em torno da qual são tecidos sentidos diversos pelos proponentes de políticas públicas para jovens – empreendedorismo, ocupação do tempo livre, prevenção à criminalidade - e, de outro lado, pelos jovens – possibilidade de inserção social, construção identitária, acesso ao consumo e à vivência da condição juvenil, transição para o mundo adulto, mediação entre a dependência e a autonomia.

Com o objetivo de compreender a construção social da realidade por jovens que participam de programas e projetos, suas redes sociais e representações sobre as experiências junto às políticas públicas, foi proposta a pesquisa qualitativa “*Estratégias de mobilização e articulações políticas dos jovens nas comunidades de origem através das redes de sociabilidades juvenis*”, realizada pela PUC-MG e financiada pela FAPEMIG. A pesquisa é

realizada junto aos jovens que participam do Programa Plugminas/Centro de Referência da Juventude, programa executado pelo Governo Estadual de Minas Gerais em Belo Horizonte, desde 2009.

O Plugminas atende a jovens de 14 a 24 anos, estudantes e egressos de escolas públicas, oriundos de comunidades menos favorecidas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, e que apresentem pouco acesso a recursos digitais. Seu objetivo é promover experiências de conhecimento nas áreas de cultura, educação e desenvolvimento social, por meio de atividades que tenham como base a cultura digital, a “inovação” e o uso de ferramentas de acesso às redes sociais virtuais e tecnologias de informação (PLUGMINAS, 2011).

O Plugminas compõe-se de oito Núcleos, que funcionam no mesmo espaço físico. São coordenados e executados por meio de parcerias entre o governo estadual e instituições do terceiro setor, a saber: Empreendedorismo Juvenil (em parceria com o SEBRAE-Minas); Valores de Minas (parceria com o SERVAS); Inove Jogos Digitais (parceira com Usiminas e PUCMinas); Oi Kabum (parcerias com Instituição Oi Futuro e Associação Imagem Comunitária); Núcleo Amigos do Professor e Núcleo Laboratório de Culturas do Mundo, este último iniciado em 2012. Possui, ainda, o Núcleo Caminhos do Futuro, que apresenta a produção dos demais Núcleos, em exposições permanentes; e um Núcleo de Gestão, responsável pela articulação entre os demais núcleos e pelo acompanhamento dos projetos pedagógicos. Cada Núcleo possui objetivos específicos e proposta pedagógica próprios, com ênfases variadas na formação gerencial, formação artística, formação em idiomas, cultura digital e domínio de tecnologias – programação de jogos e formação em mídias digitais.

O presente trabalho integra este estudo e visa apresentar os resultados preliminares de pesquisa bibliográfica e análise documental sobre a constituição do campo de políticas públicas de juventude no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Objetiva abordar as concepções sobre juventude que permeiam as orientações do Programa e suas ações junto aos jovens. Em etapa posterior da pesquisa, serão analisadas as redes sociais e modo de vida dos jovens, suas concepções sobre o uso da tecnologia e expectativas em relação ao futuro, por meio de entrevistas dialógicas com grupos de jovens participantes do Programa e grupos de jovens que se inscreveram, mas por variados motivos, não se matricularam nos cursos oferecidos pelos Núcleos. Os dois campos de pesquisa se complementam e a análise de suas relações possibilitará a compreensão do encontro entre as proposições normativas das políticas públicas e o modo como jovens tecem suas relações cotidianas e significam suas experiências, incluindo-se aí a de participar de um projeto.

A revisão da literatura especializada no tema aponta que um grande número de produções acadêmicas recentes ocupou-se da entrada do tema juventude na agenda pública, bem como da influência dos discursos e representações sobre o jovem sobre o desenho das ações e sua implementação e de seus desafios (RUA, 1998; SPOSITO, 2003; RODRIGUES, 2009; GONTIJO, 2011). As ações inserem-se em um cenário complexo, em que convivem diferentes concepções nas mesmas políticas setoriais, nas mesmas secretarias, e, por vezes, até mesmo nos mesmos programas.

O Programa Plugminas abrange a diversidade, desde seu desenho institucional, ao se estruturar a partir de parcerias com atores variados, governamentais e do terceiro setor, em núcleos de formação distintos, cada qual com objetivos e proposta pedagógica própria, ainda que, no discurso, compartilhem princípios comuns, tal como apontam as análises preliminares dos documentos do programa. Segundo a pesquisa documental, incidem com frequência termos como “protagonismo juvenil”, “autonomia” e “empreendedorismo”, embora nem sempre seja possível associá-los, com clareza, às atividades desenvolvidas por cada Núcleo. Sugerem a hipótese de uma possível associação entre juventude e representações de inovação, mudança social e desenvolvimento, mediada pelo conhecimento e uso da tecnologia de informação.

O acesso à tecnologia de informação e suas implicações para a vida cotidiana, para a construção da rede de relações sociais, constituem importante fator comumente presente nas experiências cotidianas dos jovens do século XXI. A análise destes pontos foi abordada por Castells (2010), autor que ressalta as transformações decorrentes da centralidade da informação e da organização social em redes, na contemporaneidade. De acordo com o autor, novas formas de relações e processos sociais são induzidos e configurados pelos recursos tecnológicos disponíveis, como novas experimentações do tempo e do espaço, por exemplo. A circulação de informações nas redes sociais e virtuais permite que o tempo seja redimensionado entre os dois pontos que se interligam por meio deste processo. Para transitar nestes meios, há códigos específicos, cujo domínio é fundamental para a inserção na rede. Sem esses códigos, o indivíduo pode ser excluído da rede, o que tem implicações para a construção de relações sociais, de pertencimento, bem como para a construção identitária.

No caso do Programa Plugminas, as redes virtuais e os recursos de tecnologia digital atuam tanto como mediação de processos de formação dos jovens, quanto como recursos para expressão do universo simbólico juvenil. Sua proposta condiz com informações sobre o acesso da juventude às novas tecnologias, inclusive por estratos socioeconômicos mais baixos. Segundo dados da PNAD 2009, o grupo correspondente à faixa etária entre 15 e 17

anos corresponde a mais de 7 milhões de usuários com acesso à internet, o que alude à relevância de analisarmos as influências das relações que os jovens estabelecem com as tecnologias e por meio delas com sua rede social.

Neste sentido, ainda que, em alguns núcleos seja mantido o modelo escolar, com cursos, oficinas e avaliação por pontuação de desempenho, características analisadas por Sposito (2007) ao tratar das experiências locais de políticas para jovens, processos formativos mediados por mídias digitais e o fomento de processos de criação protagonizados pelos jovens permeiam dinâmicas de alguns espaços do programa. Constituem, assim, fatores que devem ser analisados para compreensão da motivação dos jovens para aderirem à proposta deste Programa e permanecerem frequentes às suas atividades.

Se, de um lado, esta mediação aproxima a ação da política pública da vivência juvenil contemporânea, de construção de novas experiências de sociabilidade e conhecimento, tal como apontado em diversos estudos (SETTON, 2009), por outro, é representada pela gestão do programa como recurso para inserção qualificada no mercado de trabalho futuro, o que aponta para a representação de juventude como transição para a vida adulta. É preciso analisar se esta representação também é encontrada entre os jovens que participam do Programa, e de que modo contempla a diversidade de experiências da condição juvenil, possivelmente vivenciada por eles. Neste caso, é a dimensão de futuro que está colocada, sendo o investimento em formação preparação para inserção no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em processo. A partir do material empírico coletado até o presente momento, é possível tecer algumas breves considerações preliminares, que deverão ser complementadas, e outras que nortearão o estudo em curso. As análises preliminares dos documentos e discursos dos coordenadores dos Núcleos sugerem como fatores relevantes para análise a relação entre as proposições apresentadas pelo Programa, (no que se refere ao *protagonismo juvenil* e às expectativas dos jovens em relação à formação ofertada pelo Plugminas) e suas representações sobre o modo de vida e relações construídos pelos jovens. Resta avaliar em que medida as atividades ofertadas e o tipo de relação estabelecida entre coordenadores e os jovens possibilitam a ampliação de possibilidades, experiências e recursos de conhecimento, fatores considerados fundamentais pelos jovens tanto para inserção no mercado de trabalho, quanto para continuidade dos estudos, e acesso ao ensino superior.

Identificam-se, ainda, concepções do jovem como empreendedor e participativo, imagens socialmente construídas que deverão ser analisadas também a partir das produções dos grupos de entrevista dialógica, a partir do modo como representam a experiência de participar do Plugminas.

Por fim, espera-se contribuir para a análise de experiências de políticas públicas para juventude, em especial para a compreensão do encontro entre universos de sentido distintos, entre definições normativas sobre a condição juvenil contemporânea e a vivência concreta do cotidiano, no qual as relações sociais juvenis se constroem. Tratam-se de dimensões que se relacionam, então mediadas por uma rede de signos, que circulam em rede e conformam modos diversos de experimentação do tempo, do espaço e das próprias relações sociais.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. IN: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel. Espaços de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventude: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6ª edição, V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta: Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011

DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana B. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. IN: SPOSITO, Marília Pontes (Org). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

GONTIJO, José Geraldo Leandro. **Articulação inter e intrainstitucional na execução das políticas públicas para juventude em Belo Horizonte**. 2010, 182 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). IN: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011

RODRIGUES, Hila Bernadete Silva. **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação**. 2009, 326 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

RUA, Maria das Graças. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: CNPD - Comissão Nac. de Pop. e Desenv.. (Org.). **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília: CNPD, 1998p. 731-752.

SETTON, Maria das Graças J. Juventude, Mídias e TIC. IN: SPOSITO, Marília. P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte/MG; Argumentum, 2009

SOUZA, Regina Magalhães de. **O Discurso do Protagonismo Juvenil**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Sociologia.

SPOSITO, M. e CARRANO. P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil, **Revista Brasileira de Educação**, ANPED. São Paulo: Autores Associados, nº 24, set-dez, 2003, p. 16-39.

SPOSITO, Marília Pontes (Org). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

SPOSITO, Marília. P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte/MG; Argumentum, 2009